

MULHERES E HISTÓRIA: A INSERÇÃO DA MULHER NO CONTEXTO CULTURAL DE UMA REGIÃO FRONTEIRIÇA (RIO GRANDE DO SUL, BRASIL)

SANDRA JATAHY PESAVENTO (UFRGS)

"Uma mulher já é suficientemente instruída quando sabe ler as suas orações e escrever corretamente a receita da goiabada. Mais do que isso, seria um perigo para o lar."

Provérbio do século XIX

Este trabalho inicia com algumas considerações sobre a história. Numa definição corriqueira e legitimada pelo senso comum, a história é a sucessão dos fatos no tempo. Redimensionando esta concepção sob um outro ângulo, a história seria a trajetória da interação humana ao longo do tempo. Quer, portanto, a encaremos como processo ou como encadeamento cronológico, resta contudo o dado fundamental de ser domínio da história os acontecimentos e as ações dos homens no passado.

Sob uma outra ótica, a história é o relato/interpretação destes fatos e interações humanas. Ou seja, a história não seria só o que aconteceu, mas a crônica e a análise póstuma do que e como aconteceu, tarefa precípua do historiador.

Em ambos os casos, constata-se que a história tem sido feita, escrita, relatada e interpretada pelos homens, que são os atores sociais por excelência dos acontecimentos, os

protagonistas centrais dos grandes eventos e os agentes das principais mudanças. Ao mesmo tempo personagens da história e historiadores, são ainda os guardiões da memória coletiva. Intencionalmente fabricada, a memória é seletiva: ocorre um processo de triagem entre o que lembrar e o que esquecer, caracterizando o que deve ser resgatado, o que não teve importância e mesmo o que não ocorreu. Neste contexto, a mulher tem sido excluída da história, subsumida ao personagem masculino principal.

Esta constatação, por sua vez, é historicamente explicada por um secular processo que, ao longo do tempo, assentou as condições de dominação/subordinação entre os sexos.

Neste sentido, recolocaríamos a questão, trazida pela historiadora Michelle Perrot, se seria possível uma "história de mulheres"¹ e concordaríamos com a autora quando afirma que o eixo central para o seu entendimento deve ser a relação entre os sexos. Apesar de haver acontecimentos e práticas comuns ou específicas às mulheres, a sua história não pode ser entendida como um espaço à parte, mas sim em permanente interação com o outro sexo, na trama da história, seja ao nível do discurso, das representações ou das práticas efetivas².

Assim, nosso tema da mulher na história será abordado em dois níveis: o da mulher imaginária, produzida pela representação (ou pelo olhar ou pela mente masculina), e o da mulher real, sujeito e paciente das condições concretas objetivas, que se expressa em ações individuais e coletivas. Entende-se, contudo, que os personagens reais não se opõem "in totum" aos imaginados socialmente, mas com eles estabelecem uma relação de aproximação e distanciamento, influenciados que são por padrões de conduta e valores.

Ora, o imaginário, enquanto conjunto de representações mentais, extrapola os limites da experiência e de seus encaideamentos dedutivos³.

Assumir tal concepção implica assumir a postura que as representações globais que as sociedades inventam de si próprias, ou que as idéias-imagens através das quais elas com-

põem a sua identidade, não são simples reflexos daquela realidade. Isto implica dizer que o imaginário extrayaza o real e o racional e não precisa ter correspondência absoluta com as condições históricas objetivas, expressando-se por símbolos, alegorias, rituais, mitos, utopias e sistemas de idéias, crenças e valores.

Como refere Baczko:

Inventados e elaborados com materiais tirados de um fundo simbólico, elas [as representações da realidade social] têm uma realidade específica que reside em sua existência mesma, em seu impacto variável sobre as mentalidades e os comportamentos coletivos; em funções múltiplas que elas exercem na vida social.⁴

Seria então o imaginário pura ideologia? Também, mas não só. Enquanto forma fantasmagórica ou alegórica de representação da realidade, tem um caráter ilusório de transfiguração do real que atende aos interesses da dominação. Nesta dimensão, a ideologia, como imaginário social, seria a forma mistificada pela qual os homens vivem as suas relações reais.⁵ Enquanto portador das utopias ou desejos da coletividade, o imaginário social encerra um inconsciente coletivo, que escapa ou que se coloca à margem das malhas do processo de dominação/subordinação. Ou seja, o imaginário é mais amplo que a ideologia e encontra existência própria apesar das condições de dominação ou apesar da racionalidade que preside a legitimação do sistema.

Ocupando um espaço na imaginação masculina, a visualização idealizada do feminino tem obedecido a uma classificação dicotômica, seja na relação homem/mulher, seja na criação de imagens femininas opostas.

No primeiro caso, o homem é o portador da razão, da força, da ordem, da inteligência. O homem é a cabeça, a mulher é o coração, o instinto, a sensibilidade, a desordem, o lado mais fraco. No encadeamento dos opostos, justifica-se a tutela masculina e a submissão feminina, que passa do amparo e vigilância paterna à do marido. Mas a mulher imaginária é também vista sob outro ângulo: se esposa virtuo-

sa, mãe extrema ou filha obediente, é visualizada como pura, santa, força benfazeja, alma da família, agente educador da infância, santa e mártir, rainha do lar ou princesa no sonho dos noivos enamorados. Esta é, pois, a imagem da mulher socialmente aceita e desejada. No extremo oposto, o imaginário social constrói a antimulher (ou se trata da verdadeira natureza feminina que se revela quando deixada sem a tutela do homem?): fonte do pecado, ardilosa, propiciadora da perdição, incapaz de guardar segredo, mentirosa, inspiradora de crimes...

Esta mulher imaginária vem, por sua vez, expressa em artigos de jornal que louvam o estereótipo desejado do feminino ou execram o seu oposto, encarnado na figura debochada da prostituta, destruidora de lares, desencaminhadora da juventude. A mulher ideal se corporifica nas representações iconográficas de cartazes e litografias, quadros e esculturas, ocupa espaço nas obras literárias e poéticas e se insere no processo educacional, como tema de textos morais.

A mulher real, por sua vez, vem sendo lentamente revelada pelos historiadores, em especial sob os impulsos da chamada "Nova História", num processo de desvelamento que rompe o vên do silêncio e estende a luz para um personagem das sombras. No lar, na rua, na fábrica, na escola, nas letras, nas artes, nos salões e — até mesmo — na manifestação política e grevista, a mulher emerge como um personagem real do processo histórico.

Este trabalho se propõe a analisar a ação da mulher na história numa região fronteira do Brasil, contrastando a mulher imaginária com a mulher real.

Região situada no extremo meridional do Brasil, o Rio Grande do Sul constituiu-se historicamente em torno das lutas de fronteira, do contrabando e da criação de gado.

Integrado tardiamente ao contexto da América portuguesa, a distante província de São Pedro era a única zona de fronteira viva com o castelhanço em terras americanas. A ocupação do território, motivada pelo interesse no contrabando platino ou no comércio do gado, foi uma atividade que se realizou sempre de armas na mão.

Neste cenário, estruturou-se uma sociedade patriarcal, militarizada e pecuarista, onde os valores acertados eram necessariamente aqueles do universo masculino: força, coragem, destreza.

Para sobreviver no pampa, conquistar rebanhos, enfrentar o castelhano, era necessário arrojo, bom desempenho nas armas e no trato do gado, perfeito domínio no andar a cavalo.

As estâncias de gado, que marcaram o processo de sedentarização dos bandos armados que percorriam o pampa, constituíram-se como verdadeiros quartéis-generais de uma população quase que permanentemente em armas.

Do século XVIII à primeira metade do século XIX, este foi o quadro geral dominante da vivência social no Rio Grande do Sul e que constituiu o estereótipo da sociedade gaúcha para uma historiografia oficial, nascida no fim do século. Dotada de forte influência positivista e influenciada também pela escola histórica alemã, esta historiografia construiu uma visão sobre o passado onde a mulher aparece excluída da história, sem voz ou ação. Entendendo a mulher como o "sexo afetivo", entendia Comte ser a mesma a fonte da reserva moral da sociedade. Uma vez que para este pensador o entendimento da "questão social", que agitava as sociedades industrializadas, tinha sua solução localizada no nível moral, a mulher tinha neste contexto uma força suavizadora de conflitos: alma do lar, reserva de virtudes, sua permanência na casa, dedicada à educação dos filhos e aos serviços domésticos, fornecendo bons exemplos e conselhos, teria o efeito de refrear os impulsos mais violentos. Ou seja, o reduto da mulher era o doméstico e não o do trabalho externo, da usina ou da loja ou mesmo a rua. Em suma, o espaço público e o mundo do trabalho não eram seu "habitat natural", quanto menos o espaço político propriamente dito.

Refere Perrot que Comte argumentava com a "inaptidão radical" do sexo feminino para o governo e que mesmo a tutela da casa não se lhe poderia atribuir sem um certo controle⁶.

No "catecismo positivista", Comte, numa visão hierárquica do social, afirmava que nem as mulheres nem os proletários não podiam nem deviam converter-se em doutores⁷.

Neste contexto, a historiografia oficial gaúcha compunha a imagem de um passado essencialmente masculino, linear e heróico, adequado a uma sociedade onde os homens ditavam as leis e ocupavam os cargos de mando.

Temas e agentes da história, homens foram também os historiadores que resgataram este tipo de passado que dominou no Rio Grande do Sul até recentemente. Mesmo as raras profissionais da área que surgiram (mais propriamente professoras da escola pública que propriamente historiadoras, como Stela Dantas de Gusmão, na década de 1910, e Margarida Pardelhas, na década de 1930) reproduziram a visão idealizada de uma história orientada por personagens e valores masculinos.

Caráter de compêndio, formativo e didático apresentou a obra de Stela Dantas de Gusmão⁸, na qual se reproduz o padrão historiográfico oficial, onde ao relato seqüencial e cronológico dos fatos político-administrativos do Rio Grande soma-se a galeria dos heróis regionais, monarquistas ou republicanos, sempre tendo a figura masculina como o personagem exclusivo das operações. Organizada em "pontos", para ser usada nas escolas públicas do Estado, a obra de Stela Gusmão teve ampla difusão em sua época.

Anos mais tarde, Margarida Pardelhas trilharía o mesmo caminho de, por exemplo, Jorge Sallis Goulart, um dos artifices da historiografia oficial. Em sua obra, Goulart retratava a figura mítica do gaúcho com conotações heróicas que encarnavam as ditas "virtudes inatas" do povo rio-grandense:

De lança em riste, colado ao fogado corcel que o arrebatava nas cargas heróicas, o gaúcho era como uma estátua eqüestre em meio ao campo aberto, que parecia estremecer ao tropel dos indomáveis centauros sulinos.⁹

Margarida Pardelhas completava este quadro, indicando o espírito altamente democrático do homem rio-grandense, artífice de uma sociedade onde não havia privilégios ou privi-

legiados.¹⁰

Em suma, em obras de caráter geral ou específicas para momentos dados da história do Rio Grande do Sul, em coletâneas de biografias ou de efemérides, a mulher é a grande ausente da história.

Referência especial, como sintomática de uma visão socialmente aceita, caberia ao livro de Souza Brandão que, no início da década de 1930, ao descrever a mulher rio-grandense, a classificação como "boa dona de casa", "forte", "altiva", "instruída" e "patriótica", destacando porém que a instrução era aquela compatível com as preocupações domésticas e não o estudo dos clássicos...¹¹

Este tipo de visualização da mulher poder ser apreciado já a partir de jornais do fim de século, que reproduziam artigos de cunho moral nos quais se enaltecia a mulher do imaginário corrente.

Seu papel na sociedade estava selado: nascida "encantadora menina", "anjo de pureza", crescia "casta donzela" e "filha obediente" para tornar-se "fiel esposa" e "mãe dedicada". Predestinada, portanto, a ser a "rainha do lar", porque outro cetro a sociedade não lhe admitiria...

Referia a Gazeta da Tarde:

A mulher é inferior ao homem e por mais que assegurem os escritores empenhados em demonstrar que esta inferioridade é aparente, não conseguem destruir o que é uma verdade incontestável".¹²

Germano Hasslocher, autor destas linhas, era diretor do jornal e membro do Partido Republicano Rio-grandense, do qual veio a ser deputado estadual e federal. Em outro artigo do mesmo periódico, escreveria:

[...] Acreditem os que não lêem que entendo que a mulher deve ter religião. É mesmo uma necessidade para ela. No dia em que a religião deixar de existir na mulher, nesse dia a família estará extinta, porque a mulher só renunciará à religião quando conseguir pela cultura de seu espírito igualar-se ao homem.¹³

Notoriamente anticlerical e admitindo também a inferioridade natural da mulher, o autor entendia que ela precisava da religião como consolo e substitutivo a uma liberdade, igualdade e cultura que lhe faltavam.

A concepção da mulher como mãe, "alma da família", era difundida também no meio operário:

A mulher para mim quando torna-se verdadeiramente divina é justamente quanto mais virtuosa se mostra. [...] Deus quando formou com tanta delicadeza essa criatura pensou, com certeza, em primeiro lugar, fazê-la anjo, depois mãe.¹⁴

Na verdade, entre a santidade e a perdição, não havia muito espaço para o meio termo. Como dizia um articulista de um periódico operário: "para o brasileiro, a esposa é tudo ou nada!"¹⁵.

No discurso de um líder proletário, por ocasião das comemorações do segundo aniversário da Liga Operária Internacional, a mulher era exortada a cumprir o seu papel de construtora do futuro, através da educação dos filhos e do apoio ao marido.¹⁶

Os valores e idéias que compunham o imaginário social sobre a mulher, portanto, perpassavam a sociedade de alto a baixo, numa interpretação interclassista.

Entretanto, a predominância de tais conceitos sobre a mulher no imaginário burguês e mesmo proletário não impedia que houvesse formas mais críticas de visualizar a questão feminina, notadamente quando se tratava de sua ocupação fora do lar.

Estamos, com efeito, habituados à idéia de que o destino da mulher é unicamente reinar sobre caçarolas e mucamas, criar os filhos e arruinar o esposo em fichus, luvas, leques e berloques. Isto em relação aos interiores abastados ou mediocremente áureos, em que não é indispensável que a mulher concorra com o seu trabalho para sustentá-los. Quanto aos interiores pobres, em que a dona de casa é esposa, criada, mãe e divina providência, em que o seu braço é o estêo mestre, aí se trava no incôgnito das portas fechadas uma batalha medonha.¹⁷

Introduzia-se uma distinção social no tratamento dado à mulher, entendendo que o destino real do sexo feminino junto às classes subalternas era diverso do das classes superiores.

Se a mulher do marido abastado ficava condenada "ao boudoir, à cozinha e ao galinheiro, trindade sublime!",¹⁸ a mulher pobre sofria todas as conseqüências de pertencer a um sexo desprotegido, mal pago e submisso ao pai, ao marido, ao patrão, ao padre. Portanto, entre o discurso e a prática, intervinham as duras condições de vida, que obrigavam as mulheres das classes subalternas ao trabalho nas fábricas e nas casas de famílias, como criadas domésticas, acumulando estas tarefas com as tradicionais e decantadas missões sublimes de esposa e mãe. Da mesma forma, mais desprotegida que a mulher de sociedade, a mulher das classes subalternas ficava à mercê de maus tratos, deboches nas ruas, dos motorneiros de bondes, dos vendedores ambulares, dos praças e policiais, dos fiscais de fábricas e patrões.

Contudo, no plano das condições concretas da existência, a mulher no Rio Grande do Sul corresponderia àquele padrão de quietude e submissão, recolhida às sombras de reduto do lar, condenada a um trabalho de Penélope, tecendo e retecendo um cotidiano sempre igual?

Figuras como as de Bernardina de Almeida, Luciana de Abreu ou Angelina Gonçalves, na estância, na escola ou na fábrica, estabelecem um contraste com a figura estereotipada do imaginário masculino.

Bernardina de Almeida, esposa de Domingos José de Almeida, fazendeiro, charqueador e líder republicano farroupilha, deixou copiosa correspondência travada com seu marido durante o conflito que, por dez anos (1835-1845) colocou o Rio Grande do Sul em guerra contra o Império (Revolução Farroupilha).

O conjunto de cartas revela não uma mulher retraída, uma dona de casa sem maior atuação que a cozinha e a criação dos filhos. Flui da correspondência uma Bernardina que não apenas assumira a direção da estância e dos negócios

como deles estava muito bem a par, informando o marido de tudo e com ele trocando opiniões. Mais ainda, as cartas revelam que a esposa de Domingos José de Almeida era alguém conhecedora da política e da movimentação da guerra, agindo como verdadeira informante do marido neste campo. Por sua vez, Domingos de Almeida passava à mulher instruções e delegava-lhe poderes no trato dos negócios e da administração da estância.

A situação de guerra, mantendo os homens fora por longos períodos, obrigava, pois, as mulheres a tomarem a frente das atividades econômico-financeiras que a vida da campanha pecuarista propiciava, desempenhando papéis à margem do estereótipo feminino idealizado. Almeida, em uma das cartas, lamentava os trabalhos por que sua esposa passava no governo de uma casa transformada em estalagem²⁰. A referência reforça a imagem da estância transformada em quartel-general, elemento constante na vida de uma região convulsionada pela guerra através dos anos.

Naturalmente, tratando-se Domingos José de Almeida de um homem culto e também importante, que chegou a ocupar postos executivos de primeiro escalão na República Rio-grandense, a copiosa correspondência mantida com sua esposa chegou até os dias atuais. Pode-se inclusive argumentar que uma troca de missivas com tal nível de informação não seria comum na campanha gaúcha do século XIX. Todavia, as condições concretas objetivas de uma região fronteiriça, continuamente assolada pela guerra e que apartava os homens da direção dos seus negócios, foram um dado real nos séculos XVIII e XIX. Ou seja, a situação vivida por Bernardina não deve ter sido exclusiva. Muito pelo contrário, deve ter constituído uma prática comum do Rio Grande no passado. O que pode ter sido raro é a existência e/ou a preservação de uma correspondência de tal tipo, fato que ocorreu mais em função do marido e seu prestígio do que propriamente da esposa.

De uma certa forma, esta prática feminina de sair das sombras para substituir-se ao homem não passou de todo despercebida aos viajantes estrangeiros que percorreram o

Rio Grande no século passado. O naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, que visitou a região entre os anos de 1820 e 1821, registrou que as mulheres no Rio Grande não se escondiam à presença de estranhos²¹ e, comparativamente às capitâneas do interior, tinham vistas mais largas, eram menos acanhadas e conversavam mais²².

Deve ser ressaltado que as referências são feitas às mulheres de fazendeiros, o que iria ao encontro da exemplificação dada no caso de Bernardina: as contingências de vida produziram, no plano da ação concreta, mulheres reais distantes das mulheres imaginárias, restringidas ao "boudoir" e à cozinha.

Este tipo de comportamento ou de papel desempenhado pela mulher do estancieiro-soldado não parece ter sido, contudo, o padrão de comportamento das mulheres das cidades. Tanto Saint-Hilaire quanto Arsène Isabelle, viajante francês que visitou o Rio Grande do Sul entre os anos de 1833 e 1834, referem a tirania doméstica que convertia as mulheres em verdadeiras escravas do lar²³.

Estar-se-ia então diante de um quadro onde a mulher abastada da campanha gozava, pelas condições objetivas da formação histórica do Rio Grande do Sul, de uma situação concreta diferenciada com relação à mulher da cidade, reclusa do lar, só saindo para a igreja em dias de festas religiosas, freqüentando contudo os saraus, em que se apresentava enfeitada em excesso e com a fisionomia apática, spectral?

Este pareceu ser um quadro que se apresentava como típico de um período em que ocorria o primado do mundo rural-pastoril sobre o urbano, marcado pelas lutas e pela consolidação da fronteira, numa fase que se estende das origens históricas do Rio Grande — passagem do século XVII para o XVIII até mais ou menos a década de 70 do século XIX.

Imagine-se, portanto, o impacto que terá tido, no Rio Grande dos anos 70 do século passado, a atuação de uma mulher como Luciana de Abreu. Recolhida na Casa dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre em 1847 e

adotada pela família de um guarda-livros de uma casa comercial da capital, Luciana teria desde cedo apresentado dotes intelectuais. Após seu casamento com João Gomes de Abreu em 1867, entrou para a Escola Normal de Porto Alegre, recém fundada, obtendo seu diploma em 1872. Além de exercer o magistério público, Luciana participou da fundação da Sociedade Partenon Literário. Importante agremiação de intelectuais da época, a presença de uma mulher no seu meio é, sem dúvida, digna de destaque. A entidade tinha como bandeira tanto a libertação dos escravos como a emancipação da mulher. Foi na tribuna do Partenon que Luciana de Abreu se apresentou como a primeira mulher a proferir conferências públicas sobre a emancipação feminina²⁴. Seus discursos, publicados na imprensa e na Revista do Partenon Literário demonstram o quanto era combativa.

Minhas senhoras, nós temos sido vítimas dos prejuízos das preocupações do século; temos sido olhadas como seres à parte na grande obra de regeneração social, quando sem nós seria impossível a humanidade aperfeiçoar-se e progredir... Temos sido caluniadas, dizendo-se que somos incapazes dos grandes cometimentos, que somos de inteligência fraca, de perspicácia mesquinha, e que não devemos passar de seres caseiros, de meros instrumentos do prazer e das conveniências do homem [...]. Temos sido condenadas à ignorância, privadas dos direitos de cidadãs e reduzidas a escravas dos caprichos de legisladores imprevidentes e egoístas... Querirão que sejamos instruídas e sábias, fechando-nos as academias, os pórticos dos templos da ciência? Querirão que sejamos todas imaculadas, quando a mocidade masculina se perverte impunemente logo nos primeiros anos...?

Querirão de nós os grandes cometimentos, as empresas arrojadas, quando se incumbem de pensar por nós e vedam-nos todos os meios, quer materiais, quer políticos ou morais? Nós não somos somenos aos homens: a nossa alma tem a mesma passividade e atividades que a dele, e tanto a sensibilidade quanto a inteligência e liberdade podem ter o mesmo grau de desenvolvimento num e noutro sexo. O que convém pedir, o que venho aqui em vosso nome altamente reclamar, é de parceria com a educação, a instrução superior comum a ambos os sexos, é a liberdade de esclarecer-nos, de exercer as profissões a que nossas aptidões

nos levaram. Dêem-nos educação e instrução: nós faremos o mais.25

Quão distante da mulher imaginária a ação e a voz desta mulher real! Pode-se ter a idéia da posição vanguardista de Luciana de Abreu, falecida prematuramente em 1880, aos 33 anos, de tuberculose, quando se comparam opiniões emitidas por um jornal de Porto Alegre, no fim do século, sobre o movimento feminista:

No velho e no novo mundo as mulheres agitam-se, querem a emancipação política, querem a liberdade individual. Repugna-lhes o papel de tuteladas a que até aqui têm estado reduzidas e a sua grande ambição é aumentarem a confusão. [...] com uma mais pronunciada anarquia [...]. Infelizmente, uma educação de século, deficientíssima, tem conservado o cérebro feminino em tão completa inação que é mais provável que, durante muitos séculos ainda, a mulher ocupe em todas estas artes um plano bem secundário. [...] Não é realmente esta fácil objeção que pode ou deve demover a mulher do propósito de trabalhar, e trabalhar muito até conseguir, não direi igualar, o que considero impossível, mas aproximar-se do homem na arte, ou na grandeza da inspiração. Tudo o que seja, porém, sair deste campo para querer ser política, para se intrometer na governação dos estados, para aumentar a triste desordem moderna, com os impulsos do seu capricho, ou com as súbitas resoluções dos seus nervos doentes, parece-me além de perigoso, antipático e antinatural.26

Em suma, ante a persistência de uma opinião — masculina e consensual, adotada inclusive pelas próprias mulheres — sobre a inferioridade feminina, a arrojada posição defendida por Luciana de Abreu assume proporções de verdadeira vanguarda. Não se trata, naturalmente, de um padrão de conduta usual, mas o fato de ter acesso ao Partenon Literário (também vanguarda na sociedade, sem dúvida alguma), de ter suas conferências públicas difundidas pela imprensa marcam uma posição de resistência que rompe com a tradicional submissão.

Por outro lado, Luciana de Abreu criou-se e teve sua atuação junto ao que se poderia chamar as camadas médias

urbanas da época, no início da segunda metade do século XIX. Tem-se com ela, contudo, a mulher rebelde, ativa e resistente, que no espaço urbano compõe o contraponto da "frágil criatura" que, "com a cabeça nas nuvens", povoava os lares...

A partir do último quartel do século, tal como no restante do país, o Rio Grande do Sul atravessou um surto de transformações econômico-sociais e político-ideológicas, num processo que se poderia classificar como de internalização do capitalismo. Tanto começaram a se assentar, lentamente, as bases materiais deste processo — mercado de trabalho livre, mercado de consumo, acumulação de capital-dinheiro via comércio que, sob determinadas condições, reuplicou-se em capital industrial e financeiro, importação de tecnologia, crescimento urbano — quanto se estruturaram os fundamentos de um Estado burguês, orientado por normas, valores, leis e uma ética adequada àquelas transformações.

Neste contexto, a emergência progressiva de uma ordem urbano-industrial destacou a importância de um contingente de trabalhadores livres engajados no sistema manufatureiro fabril em formação. Aqui ter-se-ia um outro contraponto da produção imaginária da mulher: a figura feminina da operária da fábrica.

Apesar da visualização estereotipada da mulher circunscrevê-la ao reduto doméstico e da moral positivista reforçar esta noção, a insuficiência da renda familiar e o agravamento das condições de vida das classes subalternas urbanas contrariavam, na prática, os argumentos morais. Na realidade urbano-fabril da época, os baixos salários dos trabalhadores eram "compensados" pelos reforços advindos do ingresso de outros membros da família na empresa, como as mulheres e as crianças.

A própria mecanização dos estabelecimentos, com a entrada em cena das máquinas, implicou uma desqualificação/qualificação da força-trabalho e dos seus "saberes", hierarquizando o quadro do pessoal fabril. De um lado, alinhavam-se aqueles que dispunham do conhecimento necessã-

rio de gerir a máquina, via de regra trabalhadores "importados" junto com elas ou mandados buscar na Europa "a posteriori", isto antes que no Rio Grande do Sul se montassem estabelecimentos profissionalizantes. Tal processo implicava uma desqualificação do saber artesanal do operário, tornando desnecessária sua "virtualidade técnica" para as operações fabris mecanizadas. O corolário desta hierarquização era a entrada em cena de uma mão-de-obra da mais baixa qualificação ainda, ou como tal considerada: as mulheres e as crianças. Acompanhava este processo uma escala salarial que atribuía a estes últimos também os mais baixos rendimentos, o que era percebido pela classe com clareza:

A dura e negra lei do salário dá ao homem, como recompensa de seu embrutecedor e pesado trabalho, o estritamente ou menos que o estritamente indispensável para recuperar as forças gastas no mesmo; à mulher, o seu pesado labor é pago com um terço do que se dá ao homem. Pessimamente alimentada, mal vestida, como poderá lutar contra os agentes naturais e artificiais que a rodeiam? Sangue depauperado pela falta de alimentos reconstituintes do seu organismo, que condições de vida, de robustez, oferece à sua prole?27

Note-se, no caso, a persistência da imagem socialmente aceita de uma mulher dedicada ao lar e à educação dos filhos, embora exista a clara denúncia de que o responsável por este estado de coisas fosse o sistema:

O moderno maquinismo, fazendo tão apta a mulher como o homem para certos trabalhos industriais, permitiu que seja arrancada ao lar doméstico para arrojá-la à oficina. Não foi a falta de braços masculinos o que provocou esta industrialização da mulher que a obriga ao mesmo tempo a fabricar produtores e a fabricar produtos. Se os capitalistas têm utilizado de preferência os braços femininos, é porque encontraram neles - como nos braços das crianças - instrumentos humanos de trabalho por menor preço...28

Além da exploração salarial do trabalho feminino, as mulheres eram as principais vítimas dos maus tratos e investidas amorosas de patrões, capatazes, mestres e contra-

mestres. Sobre elas incidiam com mais freqüência as multas cobradas por deslizos, atrasos, faltas ou estraço de materiais. Como dizia o jornal Democracia Social, ao comentar a punição de uma operária:

Não sabemos se os homens incorrem na mesma multa por idêntica falta, sendo possível que não, porque os homens têm um espernear mais pronto.²⁹

Teria, neste caso, a figura da mulher operária semantido sempre dócil, vítima indefesa das duras condições de dominação/subordinação imperantes?

A leitura dos jornais da época que relatam as greves operárias ocorridas no estado demonstra que não. As mulheres operárias participaram destes movimentos de resistência junto com os trabalhadores do sexo masculino ou mesmo marcaram presença como um grupo separado e de destaque. Na greve geral de 1917, ocorrida em Porto Alegre e que paralisou a capital do estado, o jornal Correio do Povo referia que, no grande "meeting" ocorrido na Praça da Alfândega:

[...] cerca de 70 operárias empregadas nas fábricas de tecidos incorporam-se à multidão e, à sua chegada, a assistência prorrompeu em estridosa salva de palmas e vivas à mulher operária. Estas, dirigindo-se para as proximidades da escada em que se achava o orado, cercaram-na e o orados prosseguiu em seu discurso.³⁰

A presença feminina na fábrica foi, portanto, marcante e nem tão silenciosa assim. Participando de uma resistência contra as condições de trabalho fabril, tem-se o registro de Angelina Gonçalves, líder operária e militante comunista. Trabalhando desde os 13 anos de idade na fábrica de tecidos Rheingantz, de Rio Grande, Angelina Gonçalves foi morta com um tiro na nuca durante a passeata de 19 de maio de 1950, quando a polícia e a Brigada dispararam contra os manifestantes.³¹

Maiores dados sobre a sua atuação são, porém, escassos, perdidos e abafados pela historiografia oficial. Si-

tuação, aliás, condizente com a trajetória de alguém que se colocara na contramão da vida e da ordem instituída.

Na campanha da primeira metade do século passado, na cidade do final do século XIX ou no contexto urbano-fábril dos anos cinquenta do nosso século, mulheres reais demonstraram que, no plano da ação individual e coletiva, era possível estabelecer um contraponto da visão estereotipada da mulher imaginária.

Notas

- ¹Perrot, Michelle. **Une histoire des femmes est-elle possible?** Paris, Rivages, 1984.
- ²Perrot, Michelle. Quinze ans d'histoire des femmes. In: **Sources. Travaux historiques.** Paris, 12:26, 1987.
- ³Patlagean, Evelyne. A história do imaginário. In: Le Goff, Jacques, dir. **A história nova.** São Paulo, Martins Fontes, 1990. p.291.
- ⁴Baczko, Bronislaw. **Les imaginaires sociaux.** Paris, Payot, 1984. p.8.
- ⁵Rouanet, Sérgio Paulo. **Imaginário e dominação.** Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978. p.9.
- ⁶Perrot, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p.178.
- ⁷Comte, Augusto. **Catecismo positivista.** Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil, 1934. p.68.
- ⁸Gusmão, Stela Dantas de. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Livraria Americana, 1911.
- ⁹Goulart, Jorge Sallis. **A formação do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Martins Livreiro, 1978. p.55.
- ¹⁰Pardelhas, Margarida. O povo rio-grandense. In: **Anais do II Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense.** Porto Alegre, Globo, 1937. v. 2, p.534.

- 11 Brandão, Souza. **Rio Grande do Sul: a terra, o homem e o trabalho.** Rio de Janeiro, Sauer, 1930.
- 12 Gazeta da Tarde. Porto Alegre, 18 jun. 1895.
- 13 Gazeta da Tarde. Porto Alegre, 17 jun. 1895.
- 14 Gazetinha. Porto Alegre, 21 maio 1896.
- 15 Gazetinha. Porto Alegre, 5 mar. 1896.
- 16 Gazetinha. Porto Alegre, 21 nov. 1897.
- 17 O Mercantil. Porto Alegre, 17 dez. 1883.
- 18 O Mercantil. Porto Alegre, 17 dez. 1883.
- 19 Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. v. II e III, 1978.
- 20 Ibidem, v. II, p.163.
- 21 Saint-Hilaire, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul - 1820-1821.** Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1974. p.24 e 135.
- 22 Ibidem, p.57.
- 23 Isabelle, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834).** S.l., Museu Júlio de Castilhos, 1946. p.57.
- 24 Spalding, Walter. Itinerário da literatura sul-rio-grandense. In: **Enciclopédia Rio-grandense.** Porto Alegre, Sulina, 1968. v. 2, p.202.
- 25 Apud: Ávila, Glenda Prestes. Luciana de Abreu: a luta pelo direito à educação. Porto Alegre, Centro de Informação e Pesquisa Angelina Gonçalves, ano I, nº 2, ago. 1987. p.6.
- 26 Gazeta da Tarde. Porto Alegre, 13 mar. 1896.
- 27 Echo Operário. Rio Grande, 17 out. 1897.
- 28 Echo Operário. Rio Grande, 24 out. 1897.
- 29 Democracia Social. Pelotas, 19 nov. 1893.

³⁰Correio do Povo. Porto Alegre, 19 ago. 1917.

³¹Marçal, João Batista. **Comunistas gaúchos**: a vida de 31 militantes da classe operária. Porto Alegre, Tchê, 1986.

